



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º116/2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE ITENS ALIMENTÍCIOS, DE HIGIENE, EQUIPAMENTOS, BRINQUEDOS, JOGOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA ESTIMULAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA**, conforme especificação contida nos anexos e neste Termo de Referência, partes integrantes do Edital.

1.2. ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADES E VALORES

1.2.1. As especificações, quantidades e valores são as constantes abaixo, sendo parte integrante do edital convocatório.

ITEM	UND.	DESCRIPTIVO DO ITEM	CÓDIGO CATMAT	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
ITENS 1 A 6 EXCLUSIVOS PARA MPE'S - ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06						
1	UND	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO. INGREDIENTES LEITE INTEGRAL E LECITINA DE SOJA. ALÉRGICOS: CONTÉM LEITE E DERIVADO DE SOJA, CONTÉM LACTOSE, NÃO CONTÉM GLÚTEN. PESO MÍNIMO DE 380 G. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. INSTRUÇÕES QUE DEVEM CONSTAR NO RÓTULO/EMBALAGEM PRIMÁRIA: DATA DE FABRICAÇÃO E LOTE, DATA DE VALIDADE, NOME E ORIGEM DO PRODUTO, DADOS DA EMPRESA FABRICANTE, PESO LÍQUIDO, INFORMAÇÕES ÚTEIS SOBRE CONSERVAÇÃO, DILUIÇÃO E MANUSEIO DO PRODUTO E SIF. EXCLUSIVO PARA MPE'S - ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06	446019	2000	R\$ 17,90	R\$ 35.800,00
2	UND	CAMINHÃO INFANTIL DIVERSOS (CARRO DE BOI, CAMINHÃO CAÇAMBA, TRATOR), EMBALADO INDIVIDUALMENTE, MEDINDO NO MÍNIMO 17X12X22CM (AXLXC), MATERIAL PLÁSTICO EM BOA QUALIDADE. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. EXCLUSIVO PARA MPE'S - ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06	617428	1500	R\$ 37,12	R\$ 55.680,00
3	UND	LOTO LEITURA COMPOSTO POR MÍNIMO DE 130 PEÇAS, SENDO 5 TABULEIROS MEDINDO MÍNIMOS DE 14,5 CM DE LARGURA X 14,5 CM DE COMPRIMENTO, 25 RETÂNGULOS E 100 FICHAS, ACONDICIONADAS EM UMA CAIXA DE MADEIRA COM TAMPA SERIGRAFADA, LACRADA COM PELÍCULA DE P.V.C; EXCLUSIVO PARA MPE'S - ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06	621425	308	R\$ 117,77	R\$ 36.273,16
4	UND	ALFABETO NA MADEIRA COMPOSTO POR NO MÍNIMO 26 PEÇAS MEDINDO MÍNIMO 4 CM X 4 CM, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXA DE MADEIRA TIPO ESTOJO. CERTIFICADO PELO INMETRO. EXCLUSIVO PARA MPE'S - ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06	626982	508	R\$ 85,42	R\$ 43.393,36
5	UND	ALFABETO MÓVEL COLORIDO EM MADEIRA COM MÍNIMO 40 PEÇAS, COM TAMANHO MÍNIMO DE 4 CM DE ALTURA. CERTIFICADO PELO INMETRO. EXCLUSIVO PARA MPE'S - ME, EPP E MEI – LEI COMPLEMENTAR 123/06	462529	550	R\$ 84,60	R\$ 46.530,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6	UND	TAPETE CONFECCIONADO EM EVA, TODO COLORIDO, CONTENDO 26 PEÇAS (TODAS AS LETRAS DO ALFABETO), PLACAS MEDINDO MÍNIMO 28 CM X 28 CM 5 MM DE ESPESSURA (CADA PLACA). ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO. EXCLUSIVO PARA MPE'S - ME, EPP E MEI - LEI COMPLEMENTAR 123/06	462437	204	R\$ 210,69	R\$ 42.980,76
7	UND	MESINHA INFANTIL COM 4 CADEIRAS. DE PLÁSTICO. MEDIDAS MÍNIMAS DE 52 CM COMP X 52 CM LARG X 43 CM ALT. MEDIDAS MÍNIMAS DA CADEIRA 31 CM COMP X 30 CM LARG X 51 CM ALT. CORES A DEFINIR. PESO MÁXIMO DE 50 KGS.	617859	309	R\$ 300,70	R\$ 92.916,30
8	CX	LEITE EM PÓ INTEGRAL ZERO LACTOSE. MÍNIMO DE 300 GRAMAS. FONTE DE PROTEÍNAS, CÁLCIO E VITAMINAS, MANTENDO TODOS OS BENEFÍCIOS DO LEITE INTEGRAL. CAIXAS COM 25 UNIDADES. INGREDIENTES LEITE FLUIDO INTEGRAL E ENZIMA LACTASE. NÃO CONTÉM GLÚTEN. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE. INSTRUÇÕES QUE DEVEM CONSTAR NO RÓTULO/EMBALAGEM PRIMÁRIA: DATA DE FABRICAÇÃO E LOTE, DATA DE VALIDADE, NOME E ORIGEM DO PRODUTO, DADOS DA EMPRESA FABRICANTE, PESO LÍQUIDO, INFORMAÇÕES ÚTEIS SOBRE CONSERVAÇÃO, DILUIÇÃO E MANUSEIO DO PRODUTO E SIF.	447375	18	R\$ 647,38	R\$ 11.652,84
9	UND	FRALDA DESCARTÁVEL P INFANTIL. TIPO: HIPOALERGÊNICO. FORMATO ANATÔMICO. PESO MÁXIMO 6 KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL. TIPO ADESIVO FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS. USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO. DERMATOLOGICAMENTE TESTADOS.	616001	16000	R\$ 0,76	R\$ 12.160,00
10	UND	FRALDA DESCARTÁVEL M INFANTIL. TIPO HIPOALERGÊNICO. FORMATO ANATÔMICO. ABAS ANTIVAZAMENTO PESO MÁXIMO 10 KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO. FIXAÇÃO: FITAS ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS. USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO. DERMATOLOGICAMENTE TESTADOS.	616002	16500	R\$ 1,00	R\$ 16.500,00
11	UND	FRALDA DESCARTÁVEL G INFANTIL. TIPO HIPOALERGÊNICO. FORMATO ANATÔMICO. ABAS ANTIVAZAMENTO. PESO MÁXIMO 13 KG. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO. FIXAÇÃO ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS. USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO. DERMATOLOGICAMENTE TESTADOS.	616003	17000	R\$ 1,43	R\$ 24.310,00
12	UND	FRALDA DESCARTÁVEL XG INFANTIL. TIPO: HIPOALERGÊNICO. FORMATO ANATÔMICO. ABAS ANTIVAZAMENTO. PESO MÁXIMO 15 KGS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO. FIXAÇÃO ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS. USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO. DERMATOLOGICAMENTE TESTADOS.	616004	17000	R\$ 1,32	R\$ 22.440,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

13	UND	FRALDA DESCARTÁVEL XXG INFANTIL. TIPO: HIPOALERGÊNICO. FORMATO ANATÔMICO. ABAS ANTIVAZAMENTO. PESO MÍNIMO 14 KGS. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: FLOCOS DE GEL, ABAS ANTIVAZAMENTO, FAIXA AJUSTÁVEL, TIPO ADESIVO. FIXAÇÃO ADESIVAS MULTIAJUSTÁVEIS, REUTILIZÁVEIS. USO: ALGODÃO NÃO DESFAÇA QUANDO MOLHADO. DERMATOLOGICAMENTE TESTADOS.	616005	17000	R\$ 1,55	R\$ 26.350,00
14	PCT	01 PACOTE DE LENÇO UMEDECIDO DESCARTÁVEL. MATERIAL NÃO TECIDO. COMPONENTE COM EMOLIENTE. HIPOALERGÊNICO E SEM ÁLCOOL. USO INFANTIL. EMBALAGEM COM ABERTURA ADESIVA ABRE E FECHA, CONTENDO NO MÍNIMO 50 LENÇOS UMEDECIDOS. DERMATOLOGICAMENTE TESTADOS.	434966	2200	R\$ 9,21	R\$ 20.262,00
15	EMB	LÁPIS DE COR. MATERIAL: MADEIRA 100% REFLORESTADA E CERTIFICADA PELO FSC (CONSELHO DE MANEJO FLORESTAL). PRODUTO DE 1ª LINHA. NÃO QUEBRA AO APONTAR. COR: DIVERSAS. FORMATO: SEXTAVADO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LÁPIS DE COR AQUARELÁVEL. EMBALADOS EM CAIXA DE CARTÃO ENVERNIZADO COM TABELA DE CORES, DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM A MARCA, INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO E DADOS DO FABRICANTE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO. COM 12 UNIDADES.	263333	550	R\$ 16,32	R\$ 8.976,00
16	EMB	CANETA HIDROGRÁFICA. MATERIAL: RESINA TERMOPLÁSTICA. COR CARGA: VARIADA. MATERIAL PONTA: POLIÉSTER (VAI E VEM). ESPESSURA ESCRITA: FINA. EMBALAGEM CARTONADA DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM A MARCA, INFORMAÇÕES DO PRODUTO E DADOS DO FABRICANTE. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO PELO INMETRO. COM 12 CORES.	474390	350	R\$ 18,53	R\$ 6.485,50
17	EMB	MASSA MODELAR. COMPOSIÇÃO BÁSICA: AMIDO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ATÓXICA. APRESENTAÇÃO SÓLIDA, MALEÁVEL, QUE NÃO GRUDE NAS MÃOS, QUE NÃO ESFARELE E NÃO ENDUREÇA EM CONTATO COM O AR. COM 12 CORES. MÍNIMO DE 180 GR. EMBALAGEM: CAIXA CARTONADA DEVIDAMENTE IDENTIFICADA COM A MARCA, INFORMAÇÕES SOBRE O PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E DADOS DO FABRICANTE. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	432836	550	R\$ 8,25	R\$ 4.537,50
18	EMB	GIZ CERA. MATERIAL: CERA PLÁSTICA COM CORANTE ATÓXICO. COR: VARIADAS. ESPESSURA: FINA. TAMANHO GRANDE. COM 12 UNIDADES. PRODUTO COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	338538	550	R\$ 9,22	R\$ 5.071,00
19	UND	LIVRO INFANTIL PARA COLORIR. CONTEÚDO 365 DESENHOS PARA COLORIR. NÚMERO DE PÁGINAS MÍNIMO DE 288 FOLHAS. FORMATO MÍNIMO DE 15,2 X 22,2 CM. A PARTIR DE 3 ANOS.	474976	1000	R\$ 11,62	R\$ 11.620,00
20	UND	LAPIS PRETO Nº 2 GRAFITE INTEIRO SEXTAVADO. CORPO MATÉRIA-PRIMA MADEIRA. CONSTITUIÇÃO UNIFORME, ISENTA DE IMPUREZAS, ATÓXICA. DEVERÁ TER CERTIFICAÇÃO DO INMETRO E CERTIFICADO FSC.	304324	550	R\$ 1,10	R\$ 605,00
21	UND	APONTADOR DE LÁPIS. COM LÂMINA EM AÇO TEMPERADO. FORMA RETANGULAR. COM DEPÓSITO DE PLÁSTICO. PADRÃO IGUAL OU SUPERIOR A FABER CASTEL. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	273697	50	R\$ 5,31	R\$ 265,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

22	UND	BORRACHA. BORRACHA BRANCA MACIA COM CAPA. PRODUTO ATÓXICO, LIVRE DE PVC. COMPOSIÇÃO: BORRACHA SINTÉTICA E CAPA EM PLÁSTICO RECICLADO. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO.	327796	50	R\$ 3,78	R\$ 189,00
23	UND	BRINQUEDO EM GERAL. MATERIAL: VINIL. COMPONENTES: MACACÃO, MEIA E TÊNIS. DIMENSÕES MÍNIMAS: 26 CM. TIPO: BONECO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEMBROS ARTICULADOS, OLHOS MÓVEIS, CABELO. EXEMPLOS: BONECO ARTICULADO SUPER HERÓIS (HOMEM ARANHA, CAPITÃO AMÉRICA, HOMEM DE FERRO, BATMAN, HULK, SUPERMAN, THOR). CERTIFICADO PELO INMETRO.	476011	1500	R\$ 93,96	R\$ 140.940,00
24	UND	BRINQUEDO EM GERAL. MATERIAL: VINIL. COMPONENTES: VESTIDO, MEIA E SAPATO. DIMENSÕES MÍNIMAS: 26 CM. TIPO: BONECA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MEMBROS ARTICULADOS, OLHOS MÓVEIS, CABELO. EXEMPLOS: BONECA ARTICULADA PRINCESAS (LADY BUG, ARIEL, BARBIE, RAPUNZEL, ETC). CERTIFICADO PELO INMETRO.	476012	1500	R\$ 76,17	R\$ 114.255,00
25	UND	CORDAS DE PULAR INDIVIDUAIS. CONFECCIONADAS EM NYLON COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO NO MÍNIMO 2 METROS CADA. COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	339800	1300	R\$ 15,75	R\$ 20.475,00
26	UND	BAMBOLÊ. MEDINDO MÍNIMOS DE 60 CM DE COMPRIMENTO, 60 CM DE LARGURA, 1,5 CM DE ALTURA, MEDIDA (DIÂMETRO) MÍNIMO DE 60X60 CM. MATERIAL PLASTICO RESISTENTE. APROVADO PELO INMETRO.	466226	1300	R\$ 8,51	R\$ 11.063,00
27	UND	BOLA EM VINIL INFLÁVEL INFANTIL COLORIDA. MÍNIMO DE 19 CM DE DIÂMETRO.	478482	1500	R\$ 11,83	R\$ 17.745,00
28	UND	ALFABETO SILÁBICO COM MÍNIMO DE 150 PEÇAS SENDO SÍLABAS E LETRAS SERIGRAFADAS, MEDINDO MÍNIMO DE 4 CM X 4 CM, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXA DE MADEIRA TIPO ESTOJO; CERIFICADO PELO INMETRO.	462529	308	R\$ 77,23	R\$ 23.786,84
29	UND	QUEBRA CABEÇA COMPOSTO POR MÍNIMO DE 30 PEÇAS, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXA DE MADEIRA TIPO ESTOJO;	480960	308	R\$ 65,23	R\$ 20.090,84
30	UND	ALFABETO ILUSTRADO COM MÍNIMO DE 69 PEÇAS SENDO FIGURAS, LETRAS E PALAVRAS NO FORMATO QUEBRA CABEÇA E SERIGRAFADAS EM POLICROMIA ATÓXICA, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXA DE MADEIRA TIPO ESTOJO MEDINDO NO MÍNIMO 18 CM X 14 CM X 5 CM;	622428	308	R\$ 92,31	R\$ 28.431,48
31	UND	DOMINÓ COM 28 PEÇAS SERIGRAFADAS COM TINTA ATÓXICA MEDINDO MÍNIMO DE 5 CM X 2 CM, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXINHA DE MADEIRA TIPO ESTOJO;	447979	8	R\$ 39,26	R\$ 314,08
32	UND	SEQUÊNCIA LÓGICA COMPOSTO POR NO MÍNIMO 16 PEÇAS MEDINDO NO MÍNIMO 7 CM DE LARGURA X 7 CM DE COMPRIMENTO, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXA DE MADEIRA. CERTIFICADO PELO INMETRO	627001	308	R\$ 45,49	R\$ 14.010,92
33	UND	DOMINÓ DIVISÃO SILÁBICA COM 28 PEÇAS SERIGRAFADAS COM TINTA ATÓXICA MEDINDO NO MÍNIMO 7 CM X 3,5 CM, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXINHA DE MADEIRA TIPO ESTOJO. CERTIFICADO PELO INMETRO.	621561	508	R\$ 37,45	R\$ 19.024,60
34	UND	MEMÓRIA ALFABETIZAÇÃO COM NO MÍNIMO 40 PEÇAS SERIGRAFADAS COM TINTA ATÓXICA MEDINDO NO MÍNIMO 5 CM X 5 CM, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXINHA DE MADEIRA TIPO ESTOJO. CERTIFICAÇÃO INMETRO.	622090	508	R\$ 42,23	R\$ 21.452,84



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

35	UND	PALAVRAS CRUZADAS COM MÍNIMO 67 PEÇAS MEDINDO MÍNIMO 2 CM X 2,5 CM ESTAMPADA COM DIVERSAS LETRAS, TODAS ACONDICIONADAS EM UMA CAIXA DE MADEIRA TIPO ESTOJO.	601361	508	R\$ 60,66	R\$ 30.815,28
36	UND	CAIXA ORGANIZADORA. ESPECIFICAÇÃO: NO POLIPROPILENO. COR TRANSPARENTE. FORMATO RETANGULAR. TAMPA COM TRAVA. CAPACIDADE MÍNIMA DE 50 LITROS.	441492	266	R\$ 103,98	R\$ 27.658,68
37	UND	COLCHONETE PARA REPOUSO. DE ESPUMA FLEXÍVEL DE POLIURETANO, CERTIFICADO PELO INMETRO, REVESTIDO EM MATERIAL TÊXTIL PLASTIFICADO (CORINO) OU NAPA, ATÓXICO, NA COR AZUL REAL, IMPERMEÁVEL, COM COSTURA SIMPLES E ACABAMENTO EM CADARÇO IMPERMEÁVEL. DIMENSÕES: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 180 CM, LARGURA MÍNIMA DE 50 CM E ALTURA MÍNIMA DE 3 CM	432720	512	R\$ 159,65	R\$ 81.740,80
38	UND	LIVROS INFANTIL PARA LEITURA. CLÁSSICOS DE SEMPRE. FÁBULAS INESQUECÍVEIS. CLASSES DE OURO. TAMANHO DE CADA LIVRO MÍNIMO 13,5CM X 20CM	620556	500	R\$ 5,23	R\$ 2.615,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - R\$ 1.099.417,28						

Obs: Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado, assim como, para fins de descrição dos itens, considerando a possível divergência entre o Edital e os itens lançados através do catálogo do sistema Compras Governamentais, será considerado para fins de proposta, o DESCRITIVO CONTIDO NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Os itens da Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família deverão ser entregues no seguinte endereço:

Local da entrega: Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família

Endereço de entrega: Rua Dino Veiga Nº 29, Centro, CEP 86.360-000 - Bandeirantes – PR

Horário da Entrega: 07h30 às 11h00 e das 13h00 às 17h00

Os itens da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte deverão ser entregues no seguinte endereço:

Local da entrega: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Endereço de entrega: Avenida Edelina Meneghel Rando, nº 1.365, Centro, CEP 86.360-000 –Bandeirantes – PR.

Horário da Entrega: 07h30 às 11h00 e das 13h00 às 17h00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto Municipal 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3.1. A presente contratação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações do governo, pois, enquadra-se no entendimento de se tratar de despesa destinada ao custeio de atividades rotineiras e habituais do ente, não havendo necessidade de elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro ou de declaração do ordenador de despesa de que o aumento possui adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO na forma disposta nos Art. 16 e 17 da Lei complementar n.º 101/2020 – LRF.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, SEQ.SAS0019, ED0006, ED0024 e ED0025, conforme Oitava Alteração publicada no Diário Oficial do Município de Bandeirantes, em 07 de maio de 2025, Edição nº 1052, Ano 2025. Podendo ser acesso no site eletrônico: <https://www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico/ler/prepara-pdf/1052>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

3.2. NATUREZA DO SERVIÇO

3.2.1 Material de Consumo e Material Permanente

3.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À CONTRATAÇÃO

3.3.1. A contratação para a aquisição deverá obedecer, no que couber:

3.3.2. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

3.3.3. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

3.3.4. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3.3.5. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

3.4.1. Atendimento às Normas de Segurança

Todos os itens alimentícios, de higiene devem ser de marcas reconhecidas e atender aos padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

3.4.1.1. Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens adequadas, e atender ao disposto na legislação de produtos de higiene, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Resolução RDC nº 216/04, 259/02 e 216/2004 – ANVISA).

3.4.1.2. Todos os itens equipamentos, brinquedos, jogos e materiais pedagógicos devem ser de marcas reconhecidas e atender aos padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO).

3.4.2. Os produtos devem apresentar prazos de validade compatíveis com o tempo necessário para sua distribuição e consumo, evitando desperdícios.

3.4.3. Os produtos alimentícios, de higiene pessoal e produtos de higiene pessoal descartáveis deverão ter prazo de validade de no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.4.4. Todos os produtos devem ser entregues em embalagens íntegras, devidamente lacradas, sem sinais de avarias, garantindo a segurança de higiene e de transporte dos produtos;

3.4.5. Os produtos devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;

3.4.6. As embalagens deverão conter os dados de identificação, procedência, marca do produto, Data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, número do lote e registro no Ministério da Saúde se for o caso;

3.4.7. Especificações Técnicas dos Itens:

A quantidade e o peso de cada produto devem ser padronizados, conforme o termo de referência, garantindo uniformidade no atendimento.

3.4.8. Embalagem e Transporte:

Os produtos devem ser acondicionados em embalagens adequadas, que protejam contra danos durante o transporte e armazenamento.

3.4.8.1. As embalagens devem ser seguras, sem bordas afiadas ou materiais tóxicos que possam representar riscos para as crianças.

3.4.9. As embalagens devem conter informações claras e precisas sobre o produto, incluindo instruções de uso, faixa etária recomendada e advertências de segurança.

3.4.10. O fornecedor deve assegurar que o transporte dos produtos siga as normas sanitárias vigentes, garantindo que os mesmos cheguem ao destino em perfeito estado de conservação, ficando desde já estabelecido que só serão aceitos após exame efetuado pelos responsáveis do recebimento, e, caso não satisfaça às especificações exigidas, não será aceito, devendo ser recolhido pelo fornecedor imediatamente, e para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da notificação apresentada ao FORNECEDOR, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. Caso a necessidade de substituição dos produtos possa comprometer o abastecimento do MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, o prazo será reduzido para 72 horas;

3.4.11. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e ata;

3.4.12. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da nota fiscal;

3.4.13. Deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, os itens que possuem avarias ou defeitos;

3.4.14. Comunicar à contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitaram o cumprimento do prazo, com a devida comprovação;

3.4.15. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;

3.4.16. Atendimento às Normas de Sustentabilidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Para os itens solicitados só serão admitidos a oferta de produtos que passaram por procedimentos higiênicos-sanitários habilitados para consumo conforme Resolução-RDC ANVISA nº 216/04.

Sempre que possível, priorizar a inclusão de produtos com certificações ambientais ou que promovam práticas sustentáveis, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

3.4.17. Reduzir o uso de embalagens plásticas, promovendo o uso de materiais recicláveis ou reutilizáveis;

3.4.18. Prazo de Entrega e Regularidade:

A entrega dos produtos deve ocorrer no prazo estipulado no contrato, com regularidade e pontualidade, para atender às necessidades urgentes da população vulnerável.

3.4.19. O cronograma de entrega deve ser definido previamente e ajustado de acordo com as demandas específicas da secretaria.

3.4.20. Controle de Qualidade:

O fornecedor deve disponibilizar relatórios de controle de qualidade que comprovem a conformidade dos produtos entregues com as especificações do contrato.

3.4.21. A administração pública poderá realizar inspeções e análises técnicas dos produtos antes da distribuição, para garantir que os padrões mínimos de qualidade sejam atendidos.

3.4.22. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;

3.4.23. Ademais, a contratação do referido material, deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº14.133 de 01 de abril de 2021.

3.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

3.5.1. Não será permitida a subcontratação integral e parcial do objeto.

3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S

3.6.1. Nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014, poderão participar MEI'S, ME's ou EPP's, concorrendo com os benefícios legais desde que o ramo de atividade seja compatível com o objeto, aplicando-se ainda os dispositivos legais previstos na seção I do capítulo V (Das Aquisições Públicas) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

3.7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

3.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico e administrativo do contrato, sendo ele RENAN LEANDRO COSTA DE OLIVEIRA matrícula 1090 e ANGELICA TAMIREZ ZANIN SANTOS - Matrícula nº 2933.

3.7.3. A gestão do contrato deverá ser realizada pela Sra. ROSIANE CRISTINA VIEIRA NÉIA STORTI, matrícula 5049 e Sra. ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS - Matrícula nº 3434.

3.7.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.7.5. Deve ser atentado para o disposto do Decreto Municipal 3.537/2023, quanto às atribuições do gestor e fiscal do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 3.7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 3.7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 3.7.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 3.7.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 3.7.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 3.7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 3.7.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 3.7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 3.7.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 3.7.15. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 3.7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 3.7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 3.7.18. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

3.7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

3.8. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:

3.8.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: 06/2025.

3.8.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: 06/2025.

3.8.3. Data início da execução: 06/2025.

3.8.4. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.

3.8. GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, seja através de seguro garantia, caução em dinheiro ou fiança bancária.

3.9. DO PAGAMENTO

3.9.1. Considerando que não demanda a presente contratação de exigência de garantia e execução de serviços, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade do Guia Nacional das Contratações Sustentáveis e eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1.1. Para os itens solicitados só serão admitidos a oferta de produtos que passaram por procedimentos higiênicos-sanitários habilitados para consumo conforme Resolução-RDC ANVISA nº 216/04.

4.1.2. Conforme Decreto Municipal 3.537/2023, art. 361 e seguintes, a Administração adotará, sempre que possível, práticas e/ou critérios sustentáveis, quais sejam:

4.1.3. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

4.1.4. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

4.1.5. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

4.1.6. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

4.1.7. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

4.1.8. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

4.1.9. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

4.1.10. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

4.1.11. A Administração poderá considerar, como critério de seleção dos licitantes e contratantes interessados, produtos e serviços ambiental e socialmente sustentáveis, quando comparados aos outros produtos e serviços que servem à mesma finalidade, devendo ser considerados, para tanto, a origem dos insumos, forma de produção, manufatura, embalagem, distribuição, destino, utilização de produtos recicláveis, operação, manutenção e execução do serviço.

4.1.12. O contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

4.1.13. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT.

4.1.14. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.15. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.16. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.17. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.1.18. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

4.1.19. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

4.1.20. Caberá ao contratado apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

4.1.21. Entende-se por logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

4.1.22. Não serão admitidas as empresas licitantes condenadas por condutas derivadas de atividades lesivas ao meio ambiente, após sentença condenatória transitada em julgado, consoante à Lei 9.605/1998.

4.1.23. Não haverá indicação de marcas ou modelos.

Observação: O item 4.2. foi excluído deste Termo de Referência. Não serão admitidas indicações de marcas, características ou modelos. Para tanto, são impertinentes justificativas nos Estudos Técnicos Preliminares.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

Observação: O item 4.3. foi excluído deste Termo de Referência. Não serão admitidas vedações de marcas, características ou modelos. Para tanto, são impertinentes justificativas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Observação: Do item 4.4. ao 4.14. foram excluídos deste Termo de Referência. Não haverá exigência de amostras após o aceite de proposta quanto ao valor.

Observação: O item 4.15. foi excluído deste Termo de Referência. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante que assegure a execução do contrato.

4.16. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021](#).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Entrega

5.2. As aquisições irão ocorrer de forma fracionada, conforme demanda da área requisitante.

5.3. O fornecedor terá até 15 (quinze) dias para entregar os bens, contados do envio da nota de empenho ou solicitação de fornecimento, que ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, ao endereço de e-mail informado.

5.4. O prazo de entrega dos itens é o especificado na Ordem de Fornecimento ou empenho, em remessa parcelada nos seguintes endereços: Para a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Avenida Edeline Meneghel Rando, 1.365, Centro, e para a SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Rua Dino Veiga, 29, Centro, – Bandeirantes – PR, ou conforme endereço a ser informado juntamente com o empenho ou solicitação de fornecimento. Horário de recebimento: das 07:30 às 11:00 das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data indicada acima, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.6. As aquisições poderão ser fracionadas, desta forma os locais para entrega serão informados no ato do pedido.

5.7. Caso o local para entrega tenha como acesso via de escada, fica o fornecedor ciente da obrigação de entregar até o andar indicado pela área requisitante, não cabendo qualquer ônus ao município a este título.

5.8. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser substituídos imediatamente pelo mesmo item ou outro constante neste Termo de Referência, às custas do fornecedor, desde que autorizado pelo fiscal de contrato.

5.9. Os bens serão recebidos definitivamente no ato da entrega após a verificação da qualidade e quantidade.

5.10. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.11. A Ordem de Fornecimento será expedida pelas Secretarias de Assistência Social e Assuntos da Família e Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, na qual constará as quantidades a serem entregues.

5.12. As entregas devem ocorrer em dias úteis, conforme informado no item 5.4.

5.13. Todos os produtos deverão ser transportados até as Secretarias em veículos em perfeito estado de conservação e higiene.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 5.14. Todos os produtos deverão estar acondicionados em embalagens adequadas, e atender ao disposto na legislação de produtos de higiene, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária / Ministério da Saúde e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Resolução RDC nº 259/02 e 216/2004 – ANVISA).
- 5.15. A empresa contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes em Edital, seus anexos, e sua proposta, assumindo exclusivamente também as despesas decorrentes da execução do objeto;
- 5.16. Os produtos alimentícios, de higiene pessoal e produtos de higiene pessoal descartáveis deverão ter prazo de validade de no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação;
- 5.17. Todos os produtos devem ser entregues em embalagens íntegras, devidamente lacradas, sem sinais de avarias, garantindo a segurança de higiene e de transporte dos produtos;
- 5.18. Os produtos devem estar embalados de acordo com a nota fiscal/empenho, não enviando materiais/produtos de notas fiscais/empenhos diferentes numa mesma embalagem;
- 5.19. As embalagens deverão conter os dados de identificação, procedência, marca do produto, data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, número do lote e registro no Ministério da Saúde se for o caso;
- 5.20. Os itens, objetos desta licitação, deverão estar dentro das normas de vigilância sanitária aplicáveis aos objetos desta natureza, ficando desde já estabelecido que só serão aceitos após exame efetuado pelos responsáveis do recebimento, e, caso não satisfaça às especificações exigidas, não será aceito, devendo ser recolhido pelo fornecedor imediatamente, e para reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da data da notificação apresentada ao FORNECEDOR, sem qualquer ônus para o MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR. Caso a necessidade de substituição dos produtos possa comprometer o abastecimento do MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES-PR, o prazo será reduzido para 72 horas;
- 5.21. Se a entrega e/ou a substituição dos produtos não forem realizadas no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital;
- 5.22. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da nota fiscal;
- 5.23. Deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, os itens que possuem avarias ou defeitos;
- 5.24. Comunicar à contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitaram o cumprimento do prazo, com a devida comprovação;
- 5.25. Os produtos deverão ser embalados (contendo todos os itens que a compõem) pela empresa contratada.
- 5.26. A contratada deverá manter durante toda a execução do contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo;
- 5.27. Ademais, a contratação do referido material, deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.28. Não será solicitada a garantia, manutenção e assistência técnica, pois não se enquadram no objeto do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

6.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1. Os gestores e fiscais da execução do objeto são os indicados na Portaria nº 2.174/2.025

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.7.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.11. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

6.12. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice, caso seja o contrato prorrogado e sua execução/vigência exceda o prazo estipulado neste edital, o preço poderá ser revisado segundo o índice INPC, IPCA ou outro que apresente mais vantajosidade para a administração pública, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade., com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

Das infrações e sanções administrativas

6.13. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, o fornecedor que:

- I. der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. der causa à inexecução total do contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.14. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do item 6.12 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do item 17 acima, bem como os incisos II, III e IV do item 17 acima, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- c) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

V. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

VI. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

VII. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VIII. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IX. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

X. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

XI. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

XII. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do § 4º, do art. 39 do Decreto Municipal nº. 3537, de 09 de maio de 2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 2023](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

Forma de Pagamento

7.20. Em conformidade com o Art. 22, I, do Decreto nº 3.537/2023, as condições de pagamento estabelecidas neste Termo de Referência buscam a similaridade com as práticas do setor privado, visando a atrair as melhores propostas e garantir a regularidade do fornecimento.

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.25. Esta contratação não permitirá a antecipação total e/ou parcial.

Observação: Do item 7.33. ao 7.37. foram excluídos desse Termo de Referência. Não será admitida a cessão de crédito.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Exigências de habilitação:

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

Observação: O item 8.14. foi excluído desse Termo de Referência, pois o mesmo não se aplica ao objeto contratado.

8.15. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

8.17. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.

8.19. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.21. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023](#).

8.22. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS: Não será permitido o consorciamento de empresas; justificando-se uma vez que o objeto em si mesmo é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento;

8.24. As empresas deverão possuir Licença Sanitária Estadual ou Municipal, compatível com a atividade de distribuição de alimentos.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

- 8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.28. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição
- 8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.31. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.32. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.33. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.34. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.
- 8.35. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

Qualificação Técnico-Operacional:

- 8.36. Nos termos do artigo 67, §2º da Lei nº 14.133/2021, para comprovar a capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) o fornecimento de produtos compatíveis em características e quantidades com o objeto desta contratação. O atestado deverá comprovar pelo menos o quantitativo de 50% do objeto.

DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 8.37. (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) item (ns) arrematado(s).
- 8.38. Quando o atestado de capacidade de técnica for emitido por pessoa jurídica de direito privado, deverá ser apresentado, com firma reconhecida em cartório (acórdão 1847/2019 – TCE- PR).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

OBS.: Valerá, para fins de garantia de veracidade do atestado, documento firmado mediante assinatura digital, cabendo a administração a possibilidade de realização de diligência, a posteriori, para averiguação de sua autenticidade.

9. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é R\$1.099.417,28 (Um milhão, noventa e nove mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e oito centavos), sendo um valor de R\$384.484,48 (Trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) para a Secretaria de Assistência Social e Assuntos da Família e R\$714.932,80 (Setecentos e quatorze mil, novecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos) para a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, conforme custos unitários apostos na primeira tabela.

9.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade e os tributos que eventualmente possam incidir, bem como as demais despesas diretas e indiretas, vedada a possibilidade de o proponente reivindicar custos adicionais diretos ou indiretos.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	RECURSO
82 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
110 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
130 - 03.003.12.361.1202.6026.3.3.90.30.00	SALÁRIO EDUCAÇÃO	00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000
137 - 03.003.12.365.1204.6027.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (CMEI)	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
137 - 03.003.12.365.1204.6027.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (CMEI)	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
143 - 03.003.12.365.1204.6028.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (CMEI) - EMENDA IMPOSITIVA	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
145 - 03.004.12.361.1203.2022.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS - EMENDA IMPOSITIVA	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
147 - 03.004.12.361.1203.6029.3.3.90.30.00	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
83 - 03.002.12.361.1219.6032.3.3.90.32.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
111 - 03.002.12.361.1242.6033.3.3.90.32.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
131 - 03.003.12.361.1202.6026.3.3.90.32.00	SALARIO EDUCAÇÃO	00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000
138 - 03.003.12.365.1204.6027.3.3.90.32.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (CMEI)	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001



PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES

ESTADO DO PARANÁ

138 - 03.003.12.365.1204.6027.3.3.90.32.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (CMEI)	00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000
151 - 03.004.12.361.1203.6029.4.4.90.52.00	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
142 - 03.003.12.365.1204.6027.4.4.90.52.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (CMEI)	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
142 - 03.003.12.365.1204.6027.4.4.90.52.00	MANUTENÇÃO DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (CMEI)	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
136 - 03.003.12.361.1202.6026.4.4.90.52.00	SALARIO EDUCAÇÃO	00107/00107.99.01.00.00.1.550.0000
118 - 03.002.12.361.1242.6033.4.4.90.52.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO IMPOSTOS VINC. EDUCAÇÃO	00104/00104.01.01.00.00.1.500.1001
92 - 03.002.12.361.1219.6032.4.4.90.52.00	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO TRANSF. CONSTITUCIONAL	00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001
278 - 09.001.08.243.0807.6054.3.3.90.30.00	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	04007/01011.09.04.05.18.2.661.0000
282 - 09.001.08.243.0807.6054.4.4.90.52.00	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	04007/01011.09.04.05.18.2.661.0000

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes/PR, 14 de julho de 2025.

ROSIANE CRISTINA VIEIRA NÉIA STORTI
Secretária Municipal de Assistência Social e Assuntos da Família

ALINE FIRMINO NEVES VASCONCELOS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte